



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 17ª REGIÃO/ES
Rua Pedro Palácios, nº 60, Edifício João XXIII, 11º andar, Salas 1103 - 1106, Cidade Alta, Vitória/ES, CEP: 29015-160 - Telefone: 3222-0444 - E-mail: cress@cress-es.org.br

ATA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 17ª REGIÃO, REALIZADA NA CIDADE DE VITÓRIA, NO DIA 12 DE MAIO DE 2018.

Aos **12 dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito**, foi realizada a 5ª reunião ordinária do Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região, às 8h30min, na sede do Conselho, localizada na Rua Pedro Palácios, nº 10, Ed. João XXIII, Centro, Vitória, Espírito Santo, com a participação das/os seguintes conselheiras/os: Pollyana Tereza Ramos Pazolini (Presidenta), Sabrina Lúcia Pinto da Silva (Vice-Presidenta), Patrícia Maria Sousa de Jesus (1ª Secretária), Emily Marques Tenorio (2ª Secretária), Ivana Ananias de Oliveira (1ª Tesoureira), Sabrina Moraes Nascimento (2ª Tesoureira), Carla de Oliveira Maria (Conselho Fiscal), Gabriela Romanha Vicente Oliveira (Suplente), Elielma Griggio da Silva (Suplente), Josymara Siqueira (Suplente), Silvana Ribeiro da Silva (Suplente), Rander Benedito Prates (Suplente), Cleidson Nazário Maurício (Suplente) e Silvia Neves Salazar (Suplente). Justificou a ausência: Polyana Pereira do Prado (Suplente). Participaram ainda os funcionários: André Casotti Louzada – Assessor Jurídico dos pontos 1 e 4, Gustavo Henrique dos Santos Correia – Coord. Técnico em Serviço Social e Tuanne Almeida – a partir do ponto 2. Dentro da pauta estabelecida e havendo “quorum”, os trabalhos foram declarados abertos pela Presidenta, passando os/as conselheiros/as à discussão dos seguintes pontos de pauta.

1. Comissão de Gestão do trabalho. A conselheira Sabrina Lúcia expôs elementos acerca da reunião prévia entre ela, as conselheiras tesoureiras e a coordenadora financeira.

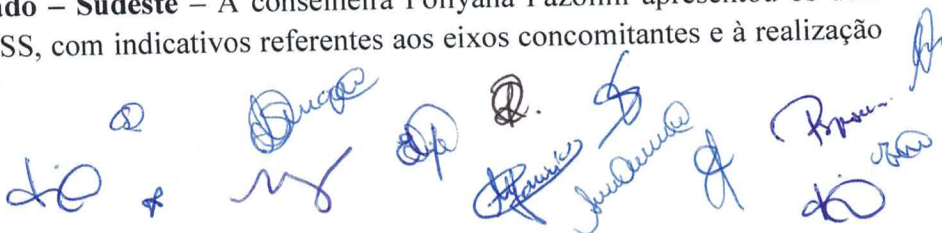
a) *ACT dos trabalhadores CRESS – 2018.* Após as sugestões de reajuste salarial, com planilhas apresentadas pelas conselheiras Sabrina Lúcia, Sabrina Moraes e Ivana deliberou-se em conselho pleno por unanimidade conceder o índice de reajuste salarial de 2, 84%.

b) *PCCR – Consultoria da Agente de Fiscalização Inara – CRESS/MT.* A conselheira Sabrina Lúcia fez um resgate do histórico do debate da gestão do trabalho e do PCCR no conjunto CFESS-CRESS. A proposta é que tenhamos uma assessoria para auxiliar a análise e a implementação do PCCR e que tal pauta é urgente e que vem sendo debatida também nas reuniões da comissão de gestão do trabalho. Expôs a experiência do CRESS/MT e a proposta dos trabalhadores/as dessa comissão em ter Inara como facilitadora desse processo tendo em vista que ela já foi gestão do CRESS/MT, atualmente é agente fiscal e foi responsável pela condução dessa pauta na referida autarquia. Porém, tiveram consultoria anterior e depois projetaram o PCCR de forma interna e coletiva, com um estudo de impacto de 10 anos. A proposta do CRESS/MT foi de progredir horizontalmente via avaliação de desempenho e verticalmente por tempo de serviço. A

agente fiscal Inara orientou que essa construção seja feita com os trabalhadores e referendada em assembleia. Falou que pactuaram com os trabalhadores que no ano de implementação do PCCR o reajuste seria de acordo com o valor da anuidade na assembleia e mudaram no acordo coletivo alteraram a data-base. A conselheira Sabrina Lúcia não fez ainda contato com a presidenta do CRESS/MT. A conselheira Silvia pontuou a importância de fixarmos os prazos para implementar. A conselheira Patrícia questionou se a estrutura do CRESS/MT seria parecida com a do CRESS/ES e a conselheira Sabrina levará esse ponto para sua conversa com a gestão. A conselheira Pollyana ressaltou que independente de assessoria a construção com os trabalhadores vai ocorrer, pois é necessário o esforço de todos pensarem seu processo de trabalho e atribuições, porém se preocupa com a análise do orçamento. Considera que trazer Inara não substitui, caso precisemos contratar uma assessoria para o plano, mas nos traz elementos para pensarmos nossa realidade. Também sugeriu que façamos contato com outros CRESS similares ao nosso estruturalmente no encontro nacional. A conselheira Silvia disse que é importante garantir a participação de Inara, mas que precisamos avaliar as condições objetivas da gestão e dos funcionários de construir o plano sem assessoria. A conselheira Pollyana sugeriu como possibilidade fazermos uma atividade no sábado ou por um dia inteiro da semana com todos os trabalhadores para iniciar o planejamento PCCR e solicitou que identificássemos o custo de sua vinda e as rubricas para isso. A conselheira Ivana expôs a importância da assessoria, pois teremos que fazer projeção para anos posteriores e com a saúde financeira das próximas gestões. O conselho pleno encaminhou a proposta de pensar na comissão de gestão do trabalho a metodologia do planejamento com Inara, levantamento de custos de sua vinda para apresentar na próxima diretoria e na possível data, após o encontro descentralizado. A conselheira Sabrina Lúcia ficou responsável pelo plano de trabalho e pautarmos no pleno do dia 09 de junho.

c) *Contratação de estagiário (remanejamento de rubrica)*. Condicionada ao remanejamento de rubrica. A conselheira Sabrina Lúcia expôs como seria a condução do processo de contratação de um estagiário. Considera que com a atual organização dos processos de trabalho do CRESS-ES e com a chegada de mais um assistente administrativo e de um novo assessor jurídico, compreende que com o quadro funcional atual não seria necessário, no momento, tal contratação. A conselheira Gabriela Romanha também ponderou o espaço físico para receber mais uma pessoa. A conselheira Pollyana ressaltou que se perde tempo de trabalhos complexos com demandas cotidianas que poderiam ser executadas por estagiário, além da função social na formação de um/a estudante. A conselheira Sabrina Moraes fez a defesa da contratação de estagiário em virtude da burocracia cotidiana que nos impossibilita outro processo. A conselheira Josymara também ponderou o trabalho da inscrição e a quantidade de trabalho acumulado a ser organizado. Foi deliberada a autorização para contratação por seis meses para avaliação e possibilidade de renovar por mais seis meses, considerando a função social e pensar critérios para a seleção junto com a coordenação administrativa.

2. Encontro Descentralizado – Sudeste – A conselheira Pollyana Pazolini apresentou os dois ofícios remetidos pelo CFESS, com indicativos referentes aos eixos concomitantes e à realização



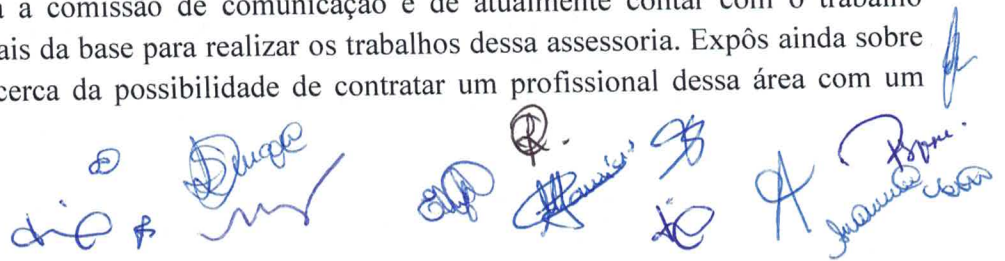
de uma plenária final. Além disso, propõe-se um novo instrumental de monitoramento com diretrizes. Foi pontuada a necessidade de análise de conjuntura. Foi encaminhado que o coordenador técnico Gustavo fará contato com CFESS para solicitar a visualização do conteúdo dos instrumentais e um arquivo editável para modificarmos processualmente as respostas a partir dos debates e atividades das comissões, pois não conseguimos acessar o instrumental completo sem preencher as planilhas integralmente. O prazo para retorno ao CFESS é 29/06 e poderemos apreciar no próximo pleno nosso posicionamento final. No dia 24/05 ocorrerá reunião via *skype* da comissão organizadora do Encontro, que é composta por representantes de todos os Cress da região Sudeste. Nas últimas reuniões havia sido deliberado por uma mesa de encerramento e não uma plenária final e não fazer eixos concomitantes. O coordenador técnico Gustavo considera que não há prejuízo em ser concomitante, pois as discussões são feitas anteriormente, além de evitar grande desgaste com a participação individual em seis eixos completos. Em contrapartida, pondera que na etapa do monitoramento é possível que as discussões sejam mais leves. Ressalte-se que o CFESS indica uma formatação básica para os Encontros. Dentro desse aspecto, considera ser mais fácil garantirmos a mesa de encerramento. Pollyana expôs que a proposta seria apenas comunicação e formação serem concomitantes, para possibilitar à base participação e apropriação no eixo administrativo-financeiro. Sabrina Lúcia expôs que a proposição que faremos no Sudeste seria incompatível ao que ocorrerá no Encontro Nacional, portanto, entende que não seria interessante alterarmos nesse momento. A assessora Tuanne pontuou ser importante que nossas avaliações sejam encaminhadas ao CFESS para que as composições não sejam unilaterais. Os pontos serão debatidos na comissão organizadora.

3. Encontro Capixaba de Assistentes Sociais. A assessora em Serviço Social Tuanne Almeida apresentou a metodologia de organização do dia do encontro e a divisão de tarefas que foram realizadas entre os/as conselheiros/as.

4. Licitação:

a) *Informe: Audiência de licitação – tomada de preços nº 2/2018:* Passagens aéreas e terrestres. – O assessor jurídico André informou que na primeira audiência faltou a representação da empresa de Brasília e por isso, publicaram o resultado da habilitação, abrindo prazos para recursos, sendo que a próxima audiência para abertura dos envelopes com as propostas de preços será no dia 21 de maio.

b) *Assessoria de Comunicação* – a conselheira Pollyana resgatou os motivos de atualmente não possuímos o serviço de assessoria de comunicação, devido ao alto valor do contrato para renovação, e por isso foi deliberado em conselho pleno pela suspensão temporária desse serviço. Observou ainda que outros processos licitatórios foram priorizados em detrimento da contratação da assessoria de comunicação. A conselheira Emilly ponderou sobre os impactos causados pela falta desse serviço para a comissão de comunicação e de atualmente contar com o trabalho voluntário de profissionais da base para realizar os trabalhos dessa assessoria. Expôs ainda sobre o debate já realizado acerca da possibilidade de contratar um profissional dessa área com um



perfil alinhado com as bandeiras da profissão e que não era possível por estar em desacordo com as orientações do Tribunal de Contas da União com relação à contratação de cargos comissionados considerando o atual quadro funcional do conselho. O assessor jurídico considerou as orientações do TCU e expôs que avaliará a viabilidade legal de contratação desse profissional. A conselheira Pollyana apresentou sobre os serviços constantes do termo de referência para a contratação desse serviço, além de considerar as condições objetivas de trabalho desse profissional no conselho. A conselheira Sabrina Lucia avaliou positivamente a contratação do profissional no que diz respeito à possibilidade de ser um funcionário com um perfil alinhado politicamente às bandeiras do conselho, porém ponderou a preocupação acerca das condições objetivas de trabalho, espaço físico e equipamentos necessários, para o desenvolvimento do trabalho desse profissional. O conselho pleno deliberou por contratar esse/a profissional condicionada à avaliação dos setores administrativo-financeiro acerca dos custos e impacto na folha de pagamento, além da avaliação da viabilidade legal da contratação pela assessoria jurídica. Esse ponto será pautado na comissão de comunicação e será trazida novamente no próximo conselho pleno.

c) Renovação de assessoria de contabilidade – O assessor jurídico André informou que no contrato inicial para contratação do serviço de assessoria de contabilidade é necessária a previsão do índice que será utilizado para reajuste, uma vez que em caso de omissão, não é possível esse reajuste. Ponderou ainda que atualmente para o conselho é mais vantajosa a renovação do contrato, haja vista que a pesquisa de mercado realizada para a contratação desse serviço, que indicou valores acima do orçamento previsto e daquilo que será pago a atual contratada mesmo com eventual reajuste, o que foi acatado pelo conselho pleno. Orientou que na próxima licitação esse índice esteja indicado no contrato.

5. Campanha Triênio: Assistentes Sociais no combate ao racismo. A conselheira Pollyana defendeu que seja pauta permanente do conselho pleno, em articulação com os movimentos sociais. A conselheira Emilyly disse da possibilidade de fazermos uma série de entrevistas sobre o tema. A conselheira Sabrina Moraes falou que tem dialogado com a conselheira do CRESS/RJ, Malu, para construir estratégias conjuntas e divulgarem o estatuto da igualdade racial, por exemplo. A conselheira Silvia ressaltou o espaço da comissão ampliada de ética para pensarmos ações. O conselheiro Cleidson sugeriu que saíamos do debate restrito à categoria para ampliar participação política. Sabrina Moraes ressaltou que no seminário da política de saúde mental e antiproibicionista, por exemplo, será com uma mesa composta por movimentos sociais. Pollyana demarcou a relevância do debate com a categoria para comparecer na atuação profissional, mas sem perder de vista a articulação com os movimentos sociais. Também falou sobre a educação permanente, como uma atualização ou aperfeiçoamento. Sabrina Moraes expôs que na manifestação diante do assassinato de Ruan e Damião na Piedade iniciou proposta de articulação com a CONEGRO, o CRP e a Comissão de Ética e Direitos Humanos do CRESS/ES para, inicialmente, uma formação continuada para assistentes sociais e psicólogos/as e realização de um seminário com proposta em agosto. A primeira reunião foi em 07/05 e Tuanne avaliou que a

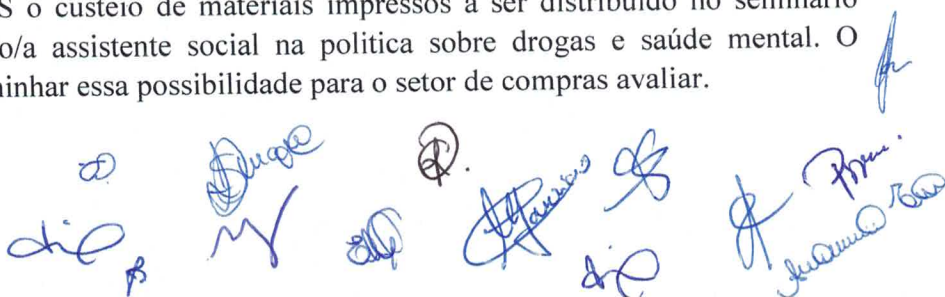


proposta é bem interessante e fundamentada e considera muito importante de ser executada, com a continuidade de ações práticas. A próxima reunião será 04/06. O conselho pleno deliberou pela aprovação da parceria e que a conselheira Sabrina Moraes componha a mesa do seminário. Encaminhamos que os/as conselheiros/as que estão cursando a disciplina encaminhem os textos para os/as demais conselheiros/as.

6. 16º Curso de Capacitação Ética para Formação de Multiplicadores/as do Projeto Ética em Movimento. Foram lidos em conselho pleno o ofício do CFESS 062/2018 e 082/2018 de 03 a 11 de novembro na cidade de São Paulo para embasar o debate de escolha do/a conselheiro/a a participação. As/os conselheiros/as Emilly, Carla e Rander se disponibilizaram para participar. Após discussão deliberou-se por uma ordem de prioridade de participação na seguinte sequência Emilly, Carla e Rander.

7. Comissão de Trabalho e Formação Profissional: a conselheira Silvia, coordenadora desta comissão, informou que finalizou o planejamento e que enviará por email para conhecimento. E indicou a necessidade de formalizar as/os participantes dessa comissão tendo em vista a rotatividade e apontou que pretende divulgar as diretrizes da comissão como forma de mobilização. A conselheira Sabrina sugeriu a produção de vídeos para mobilizar a base para participação das comissões. O coordenador técnico Gustavo ressaltou a preocupação com relação à composição institucional dessa comissão e sugeriu que a motivação deva partir pelas/os profissionais que possuem proximidade ou trabalha com o tema discutido por essa comissão e não a instituição. A conselheira Silvia apontou a importância de a comissão ser ocupada pelas/os docentes e que é necessário o debate referente à composição da comissão e frisou a importância da participação das unidades de ensino. A conselheira Pollyana resgatou que no último conselho pleno ficou deliberado que essa comissão funcionará independente da participação das unidades de ensino e sugeriu que façamos esse debate no próximo conselho pleno o que foi acatado pelos conselheiros. Anteriormente ao debate no Conselho Pleno, a COFI e a Comissão de Trabalho e Formação Profissional discutirão essa questão.

8. Seminários Nacionais 2018: a conselheira Pollyana apresentou os seminários que ocorrerão esse ano e da discussão feita no último conselho pleno da possibilidade de garantia da participação de trabalhadoras/es e da base. Sugeriu que a conselheira Gabriela e do assessor jurídico André participe do Seminário de capacitação das comissões de permanente de ética em agosto desse ano. Definiu-se que deverá ser feito o orçamento para a tomada de decisão da participação para este seminário, além do Seminário Nacional de Assistência Social. Além disso, apresentou a proposta de trazer a professora Maria Inês Bravo para uma atividade a ser realizada por uma parceria pela comissão de seguridade social e do fórum capixaba em defesa da saúde pública no estado em do Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde para custear a vinda. Foi solicitado também ao CRESS o custeio de materiais impressos a ser distribuído no seminário nacional sobre o trabalho do/a assistente social na política sobre drogas e saúde mental. O conselho pleno definiu encaminhar essa possibilidade para o setor de compras avaliar.



9. 1ª Assembleia Geral Ordinária da Categoria: o conselho pleno deliberou a seguinte pauta para a 1ª Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 de junho do presente ano: a) campanha do triênio; b) prestação de contas; c) eleição da delegação para o encontro nacional e, d) informes. Também foi aprovado o texto para envio da convocação que será realizada por e-mail. A comissão de comunicação informará nos canais de comunicação sobre envio da convocação por *e-mail*. A conselheira Silvia ficou responsável por confirmar o local onde será realizada a assembleia.

10. Conselho Fiscal: Balancetes – janeiro, fevereiro e março: aprovado pelo Conselho Pleno os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 feitos pelo Conselho Fiscal e apresentados pela conselheira Carla.

11. Entrega das declarações de Imposto de Renda – Conselheiras/os (já solicitado): foi solicitado pela coordenadora financeira a necessidade das/os conselheiras/os entregarem as declarações de imposto de renda e aquelas/es que são isentos apresentarem a declaração de rendimentos ou declaração da receita federal que comprove a isenção.

12. Processo Ético n.º 024/2016 - data de julgamento: o coordenador técnico informou a necessidade de marcar o julgamento do processo ético n.º 024/2016. Foi definido a data de 17 de julho às 16:00 e participarão as/os seguintes conselheiras/os: Cleidson, Pollyana, Sabrina Lucia, Gabriela, Josymara, Rander, Polyana Prado e Ivana.

13. Substituição – Comissão Permanente de Ética: Considerando que a assistente social Michely Mezadri comunicou seu afastamento da Comissão Permanente de Ética, em razão da incompatibilidade com outros compromissos assumidos (especialização em Universidade do Rio de Janeiro/RJ), este Conselho Pleno delibera pela substituição da profissional pela Assistente Social Hingridy Fassarella Caliarí – CRESS/ES n.º 2343, que passa a compor a referida Comissão após nomeação em Portaria deste Conselho.

14. Relatoria – Conselheiro Rander – Denúncia CRESS 15ª Região/AM: o conselheiro Rander, indicado como relator, fez a leitura do seu parecer no qual acolheu a denúncia encaminhada pelo CRESS/MA – 15ª Região uma vez que verificou-se que a profissional denunciada cometeu uma infração disciplinar, sendo portanto necessário a instauração de apuração e averiguação, conforme a Resolução CFESS n.º 657 de 2013 que institui o Código Processual Disciplinar.

15. Defensoria Pública do ES – sugestão de reunião: a conselheira Pollyana informou que foi publicada no Diário Oficial uma regulamentação pela Defensoria Pública do Espírito Santo que institui a prestação do Serviço Social voluntário nessa instituição. Apesar da inexistência de impedimento legal para esta prática por parte de assistentes sociais, há um posicionamento político no conjunto CFESS/CRESS contrário ao exercício profissional voluntário. Diante disso, esse Conselho deliberou que seja enviado à Defensoria Pública, direcionado à defensora pública

